

1

ATA 22 – REUNIÃO ORDINÁRIA

2 Ao vigésimo quarto dia do mês de junho de 2020, às 16h00, via
3 aplicativo Google Meet, reuniram-se em uma sala virtual os
4 seguintes membros titulares e suplentes e participantes das
5 câmaras técnicas: Adilson Strack, Claudio Grokoviski, Ciro Ribas
6 Júnior, Darcy Miara Júnior, Edson Gil Santos Júnior, Emerson
7 Lourenço, Guilherme Figueiredo, Henrique Platteck, Indianara
8 Prestes Mattar Milleo, Joel Franzim, José Carlos Loureiro Neto,
9 José Vanilson, Karolina Maia, Leonardo Puppi Bernardi, Marcos
10 Gueibel, Nilton César Bahls Gomes, Otto Ferreira Neto, Patrícia
11 Lucini, Paulo Barros, Paulo Lemes, Priscilla Garbelini Jaronski,
12 Rafael Gustavo Mansani, Roberto Mongruel, Tamires Souza, Victor
13 Hugo de Oliveira, Wilson Souza de Oliveira. Dando início à reunião
14 o Sr. Wilson, presidente do CDEPG dá as boas vindas aos
15 participantes e apresenta os convidados da reunião: Srs. Guilherme
16 Figueiredo, Marcos Gueibel e Otto Ferreira Netto, representantes do
17 Núcleo das Indústrias – NDI. Sr. Wilson passa a palavra para o Sr.
18 Leonardo, que informa que a reunião será iniciada a partir do quarto
19 item da pauta cuja discussão é a legislação de proteção ao Distrito
20 Industrial. Conta ainda, que a aprovação da ata será feita assim que
21 o quórum necessário de conselheiros for preenchido. Sr. Wilson
22 pede o uso da palavra para fazer uma abertura sobre a temática.
23 Inicia lembrando a criação do decreto que originou o Conselho,
24 cuja visão moderna de compartilhamento e participação da
25 comunidade na gestão do município, representou um gesto de
26 grandeza do Sr. Prefeito Marcelo Rangel, sendo um dos grandes
27 marcos da sua gestão. Segue afirmando que se sente confortável, a
28 partir de todo apoio que vem sendo dado pelo poder executivo, em
29 solicitar que os projetos de impacto na cidade, sejam submetidos ao
30 Conselho antes de serem levados à câmara dos vereadores e, para
31 isso, solicita o apoio dos secretários municipais e dos conselheiros
32 presentes, uma vez que o Sr. Prefeito não participará da reunião.
33 Sr. Wilson informa que um vídeo do mesmo será apresentado na
34 sequência. Aponta ainda, que no regimento do CDEPG um dos
35 primeiros artigos refere-se à formulação e ao fazer executar as
36 políticas de desenvolvimento econômico da cidade de Ponta
37 Grossa, tornando o Conselho deliberativo. Segue, que alguns são

38 submetidos às votações sem a apreciação do CDEPG, como foi o
39 caso da lei do subsolo que geraria impactos no desenvolvimento
40 econômico, nos custos de infraestrutura do município e na atração
41 de investimentos. Afirma que no caso citado, este assunto foi posto
42 em discussão junto ao prefeito e que este reconheceu que a
43 mudança atrapalhava. Conta que na época, o mesmo solicitou que
44 fosse encaminhado um ofício solicitando a revogação e o pedido foi
45 acatado, sem a geração de nenhum tipo de constrangimento
46 político para o prefeito. Explica, que a mudança da lei de
47 zoneamento das áreas situadas no Horto Florestal do Cará-Cará,
48 próximo ao Distrito Industrial e Aeroporto Sant'Ana de industrial
49 para zona residencial com a previsão da construção de mil
50 residências, é uma situação semelhante a citada anteriormente.
51 Comenta que esta alteração trouxe manifestações contrárias por
52 parte do empresariado, principalmente os ligados à área industrial,
53 e aponta que sequer foi informado ao Conselho que tal lei estava
54 em trâmite. Conta sobre a conversa com o prefeito que aconteceu
55 em 03 de junho de 2020 e, que o posicionamento foi de que a lei
56 prejudicaria o distrito industrial e o projeto de expansão do
57 aeroporto. Segundo o Sr. Wilson, foi sinalizado que mediante uma
58 manifestação do CDEPG, a mesma poderia ser revogada. Informa
59 que o ofício foi feito e que instituições como o NDI e a FIEP,
60 seguiram o mesmo caminho. Segue afirmando que foram
61 realizadas várias reuniões sobre o assunto e que todas as
62 instituições seguiram aguardando a revogação. E que ao buscar
63 informações sobre o assunto, descobriu-se que o ofício tinha sido
64 encaminhado ao IPLAN para despacho e que o documento
65 entregue aborda duas questões: a primeira é a alegação de que o
66 projeto de mudança não apresenta nenhum problema por estar
67 próximo ao bairro Santa Bárbara, fruto de uma invasão realizada
68 nos anos 90. E o segundo, que diz respeito ao comprometimento
69 das obras de expansão do aeroporto é rebatido com o argumento
70 de desconhecimento das obras citadas em direção à localização
71 abarcada pelo projeto, que se estas ocorrerem não haverá
72 restrições. Conta que o projeto para esta mudança está em pauta
73 desde 2018, e que sempre ao ser colocado na apreciação do
74 Conselho da Cidade houve manifestações contrárias de grande

75 parte dos conselheiros pelos motivos que já foram elencados. E,
76 que após ser submetido novamente à votação do Conselho da
77 Cidade, em 10 de março de 2020, o projeto foi aprovado com um
78 quórum de 10 membros, contando com titulares e suplentes. Sra.
79 Priscilla informa que o suplente é representante de uma cadeira e,
80 neste sentido, se estiverem presentes membro e suplente,
81 contabiliza-se somente um voto. Explica ainda, que este projeto
82 apesar de ser submetido ao Conselho da Cidade deveria ter sido
83 levado, também, para apreciação do Conselho do Distrito Industrial.
84 Sr. Wilson segue afirmando que a nossa cidade cresceu muito e a
85 atração de investimentos também. Portanto, a área industrial vem
86 reduzindo e, o aeroporto foi reativado com disponibilidade de linhas
87 comerciais com perspectiva de crescimento, sendo outro marco
88 desta administração. Conta que a Cervejaria Heineken, ao lado da
89 área, já anunciou novos investimentos na ordem de R\$ 850 milhões
90 e fez aportes de outros R\$ 400 milhões em 2016. Finaliza afirmando
91 que em virtude destes e outros argumentos, apresentados por
92 empresários da indústria e outros interessados, o CDEPG deve se
93 manifestar sobre a revogação da lei, sob pena de prejudicar o
94 desenvolvimento econômico do município. Cita ainda que outras
95 administrações fomentaram e incentivaram a invasão do Núcleo
96 Santa Bárbara, bem como, realizaram a doação de um amplo
97 espaço no coração do distrito industrial para a fazenda escola. E
98 que se este projeto for realizado será o terceiro problema que
99 afetará o distrito industrial. Sr. Wilson pede que os Srs. José Carlos
100 e Victor Hugo, secretário de indústria e comércio e superintendente
101 do aeroporto Sant'Ana, respectivamente, explanem sobre o quanto
102 esta situação pode afetar as obras do aeroporto. Sr. José Carlos
103 sugere que primeiro seja repassado o vídeo do Sr. Prefeito Marcelo
104 Rangel. No vídeo, este defende que é contra qualquer tipo de
105 empreendimento que prejudique o aeroporto e o desenvolvimento
106 industrial. Aponta que deve publicar uma portaria que impede
107 construções próximas ao aeroporto. Afirma que mesmo aprovado
108 pela Câmara, não há possibilidade de concessão de alvarás para
109 construções no cinturão de proteção ao distrito e ao aeroporto. Sr.
110 Wilson afirma que seria mais compreensível revogar a lei, pois
111 mesmo com a portaria seria difícil fiscalizar a emissão de alvarás

112 para a área e questiona a respeito da empresa que manifestou o
113 desejo de construir as residências. Sr. José Carlos conta que a
114 construtora solicitou autorização no aeroporto para sobrevoar a
115 área com um drone, para colher dados topográficos para finalizar o
116 projeto e entrar com um pedido de alvará. Sr. Victor explica que
117 existem duas situações a serem consideradas: a primeira é a
118 ampliação da pista em mais de 500m no local onde foi alterado o
119 zoneamento. E conta que a outra situação, é o plano de
120 zoneamento de ruídos que impacta neste projeto de construção,
121 pois as casas próximas ao aeroporto precisarão de isolamento
122 acústico. Finaliza afirmando que para projetos futuros de
123 recebimento de aviões a jato esta mudança irá impactar e que o
124 parecer fornecido pela secretaria de indústria e comércio ao
125 Conselho da Cidade foi contrário à liberação e indeferiu o pedido.
126 Sr. Leonardo conta que o distrito industrial foi criado pelo ex-prefeito
127 Ciro Martins por meio do PLADEI – Plano de atração de
128 investimentos -, que tinha como objetivo manter a área residencial
129 afastada da área industrial. Afirma que se levou em conta a jusante
130 dos ventos reinantes para que a fumaça das chaminés fosse levada
131 para longe das casas, estaria em uma bacia hidrográfica diferente
132 da que abastecia a cidade e que estavam à beira das estradas,
133 ferrovias e próximo ao aeroporto. Conta que este projeto urbanístico
134 serviu de exemplo para a criação da cidade industrial de Curitiba.
135 Explica que ao ser idealizado o NDI o Sr. Otto e o Sr. Guilherme
136 trouxeram o superintendente da AESIC – associação das empresas
137 da cidade industrial de Curitiba – e que o objetivo era obter uma
138 consultoria para se proteger o distrito e que a primeira fala feita por
139 ele foi para afastar as pessoas do distrito industrial. Cita o exemplo
140 da Hubner, que precisou paralisar um turno (noturno) por um ano, e
141 vem enfrentando diversos problemas com as residências que foram
142 se instalando algum tempo depois da chegada da empresa. Finaliza
143 afirmando que este projeto de lei irá macular toda a atração de
144 investimentos para a cidade e se caso não for revogado é passivo
145 de passeatas para que isso ocorra. Sra. Priscilla explica que a
146 questão da Hubner foi muito delicada e exigiu diversas adequações
147 que tornaram insustentável a situação para uma empresa que está
148 instalada na região há muito mais tempo. Conclui explicando que as

149 empresas analisam diversos fatores para construir novas
150 instalações e, neste sentido, a alteração do zoneamento trará
151 impactos e fragilidades para a atração de investimentos e aponta a
152 necessidade da revogação da lei. Sr. Roberto manifesta sua
153 discordância quanto à afirmação do Sr. Wilson de que as
154 administrações anteriores trouxeram alguns problemas e relembra o
155 projeto que trouxe empresas como a Arauco, a Crown entre outras
156 e cita o descontentamento da sociedade ao ser adquirido um
157 terreno para esta instalação, que hoje traz um grande impacto na
158 arrecadação de impostos. Finaliza, afirmando que não concorda
159 com o posicionamento pelo pedido de revogação, mas é favorável a
160 discussão do projeto. Sr. Wilson afirma que pode ter sido mal
161 interpretado e aponta que esta decisão foi uma das mais assertivas
162 e hoje a valorização é evidente a todos, mas afirma que outras duas
163 questões como a fazenda escola e o Santa Bárbara, foram errôneas
164 e trouxeram prejuízos. Sr. Ciro pede a palavra e explica que o
165 IPLAN comanda a instalação dos prédios e construções no
166 município e que houve a consulta do empreendedor se o projeto
167 poderia ser submetido ao Conselho da Cidade para a mudança de
168 zona industrial e unifamiliar, ou seja, mesmo sem mudar existe a
169 possibilidade de construir casas na região, para zona residencial.
170 Explica que como presidente do Conselho, sem direito a voto, é sua
171 obrigação submeter o projeto à apreciação da plenária. Afirma que
172 não há possibilidade de aumento da pista do aeroporto em 500m e
173 que as obras de 35 milhões de reais são de ampliação do terminal e
174 não de pista. Finaliza, reiterando que na aprovação do projeto ele
175 não teve direito a voto e afirma que não concorda com o
176 posicionamento do Conselho. Sobre o assunto, Sra. Priscilla
177 propõem o encaminhamento da análise técnica da lei à Câmara
178 Técnica Temporária do Plano Diretor e pede a manifestação das
179 entidades representadas no Conselho. Sr. Otto e Guilherme,
180 representando o NDI, Sra. Priscilla, representando a FIEP e Sra.
181 Indianara, representando a ACIPG, reiteram seu posicionamento
182 contrário à lei que altera o zoneamento e solicitam sua revogação.
183 Sobre o encaminhamento à Câmara não houve manifestações
184 contrárias e o assunto será conduzido pela referida Câmara. Sr.
185 Leonardo submete a ata 21 à aprovação e conta que a Sra.

186 Elizabeth já havia sugerido alterações que foram realizadas. A ata
187 foi aprovada. Sr. Leonardo sugere que seja realizada uma reunião
188 extraordinária na próxima quarta feira, dia 01/07/2020, para tratar
189 dos assuntos pendentes na pauta. A sugestão é aprovada pelos
190 conselheiros e a convocação será encaminhada aos mesmos. Sr.
191 Wilson finaliza agradecendo a presença dos conselheiros e
192 convidados. Sem mais assuntos para tratar, encerrou-se a reunião
193 e eu, Leonardo Puppi Bernardi, encerro a presente ATA, que será
194 lavrada por mim e demais presentes.